



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Secretaria de Controle Interno / Departamento de Contabilidade

Processo nº: 6780/2025

ASSUNTO: Esclarecimento e Impugnação sobre regime de tributação – Concorrência nº02/2025

Atendendo à solicitação da Agente de Contratação/Pregoeira, com o apoio da Secretaria de Controle Interno, este Departamento de Contabilidade manifesta-se tecnicamente para subsidiar resposta à impugnação e ao pedido de esclarecimento apresentados por meio da plataforma BLL Compras, referentes à Concorrência nº 02/2025, cujo objeto é a **construção de creche no bairro Boa Vista, no Município de São José do Vale do Rio Preto/RJ**.

1. Sobre a caracterização de cessão de mão de obra

Nos termos do art. 108 da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, configura-se cessão de mão de obra quando há colocação de trabalhadores à disposição da empresa contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, para execução de serviços contínuos, independentemente de estarem ou não relacionados à sua atividade-fim.

Art. 108. Cessão de mão de obra é a colocação à disposição da empresa contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de trabalhadores que realizem serviços contínuos, relacionados ou não com sua atividade fim, quaisquer que sejam a natureza e a forma de contratação, inclusive por meio de trabalho temporário na forma da Lei nº 6.019, de 1974.

(...)

§1º Entende-se por:

I – *dependências de terceiros*: aquelas indicadas pela empresa contratante, que não sejam as suas próprias e que não pertençam à empresa prestadora dos serviços;

II – *serviços contínuos*: aqueles que constituem necessidade permanente da contratante, que se repetem periódica ou sistematicamente, ligados ou não à sua atividade fim, ainda que sua execução seja realizada de forma intermitente ou por diferentes trabalhadores;

III – *colocação à disposição da contratante*: a cessão do trabalhador, em caráter não eventual, respeitados os limites do contrato.

§2º A caracterização da cessão de mão de obra independe da existência de poder de gerência ou direção do tomador do serviço sobre os trabalhadores colocados à sua disposição.

De acordo com a norma, a cessão de mão de obra caracteriza-se, em especial, pela presença simultânea dos seguintes elementos:

a) Colocação à disposição de trabalhadores:

Os empregados da empresa contratada são disponibilizados à contratante de forma não eventual, para





Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto

Secretaria de Controle Interno / Departamento de Contabilidade

atendimento direto de suas necessidades, mesmo que sob a supervisão da empresa prestadora. A atividade é executada em benefício da contratante.

b) Execução do serviço nas dependências da contratante ou de terceiros por ela indicados:

Os trabalhadores executam os serviços no local definido pela contratante, que pode não ser sua sede, desde que o local não pertença à empresa prestadora. Isso caracteriza a presença física e funcional dos trabalhadores na estrutura da contratante.

c) Prestação de serviços contínuos:

Serviços que se repetem periodicamente ou sistematicamente, ainda que realizados por diferentes trabalhadores ou de forma intermitente, desde que representem uma necessidade permanente da contratante.

Portanto, o objeto da Concorrência nº 02/2025 se configura como cessão de mão de obra.

2. Empresas optantes pelo Simples Nacional

Nos termos do art. 166 da IN RFB nº 2.110/2022, reproduzido abaixo:

“As microempresas e empresas de pequeno porte tributadas na forma do Anexo IV da Lei Complementar nº 123, de 2006, estão sujeitas à retenção da contribuição social previdenciária incidente sobre o valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços executados mediante cessão de mão de obra ou empreitada.”

Portanto, a empresa optante pelo Simples Nacional não está isenta da retenção de INSS sobre os serviços prestados mediante cessão de mão de obra. Nesses casos, aplica-se a retenção de 11% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura, conforme previsto na legislação previdenciária.

Dessa forma, **a cláusula do edital que prevê a retenção de INSS não impede a participação de empresas do Simples Nacional**, as quais, contudo, devem estar cientes de que estarão sujeitas à retenção previdenciária, caso se configure a hipótese legal de cessão de mão de obra.

3. Conformidade com o TCU

Ressalta-se que o presente edital segue as instruções recomendadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com vistas a garantir a legalidade, a segurança jurídica e a estrita observância às normas fiscais e previdenciárias aplicáveis à contratação pública.

É o pronunciamento técnico.

São José do Vale do Rio Preto, 20 de maio de 2025.





Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Secretaria de Controle Interno / Departamento de Contabilidade

RAYANE DE SOUZA STOLTZEMBURG

Diretora de Contabilidade

Mat. 6.358 | CRC/RJ 133292/O-2

VANDERLEI PEREIRA DA SILVA

SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

Mat. 6.350 | CRC/RJ 067436/O-0





MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

A16531196C5642C8B974A54674D83FF5

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/A16531196C5642C8B974A54674D83FF5>